

## EXPRESSÕES DA PRECARIEDADE DO TRABALHO NO QUADRO PANDÊMICO DA COVID-19

## PRECARIETY EXPRESSIONS OF THE WORK IN THE PANDEMIC FRAMEWORK OF COVID-19

## EXPRESIONES DE PRECARIEDAD DE TRABAJO EN EL MARCO PANDÉMICO DE COVID-19

**Bruno Andrade Ribeiro<sup>1</sup>**

*ribeiro.pensador@gmail.com*

**Vanessa Dias de Oliveira<sup>2</sup>**

*vanessa25geo@yahoo.com.br*

**Josefa de Lisboa Santos<sup>3</sup>**

*josefalisufs@gmail.com*

### Resumo

O artigo se debruça sobre o cenário de disseminação da pandemia da COVID-19 que tem se espalhado velozmente no mundo e aponta para um horizonte fúnebre, incerto e catastrófico para trabalhadores e trabalhadoras, já em situação de precariedade social, no quadro da crise estrutural. No curso de décadas de destruição imposta pelo Neoliberalismo transmutado em Ultra, que privilegia a acumulação financeira e exploração predatória da natureza e do trabalho humano, as possibilidades da reprodução do capital encontram desafios na ruptura do seu próprio funcionamento. Com um terço do mundo em isolamento, quedas nas taxas de lucro, aumento da dívida pública, retração do consumo e amplo desemprego, o capital só encontra saída imediata na investida sobre a superexploração e desvalorização do trabalho, o que não só revela a sua centralidade como promove as condições materiais de explosões sociais.

**Palavras-chave:** Trabalho; Pandemia; precariedade; COVID-19

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS – Campus São Cristóvão). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (UFS – Campus Itabaiana). Doutora em Geografia (UFS – Campus São Cristóvão).

<sup>3</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS – Campus Itabaiana) e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFS – Campus São Cristóvão). Pós-Doutora em Geografia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente).

### Abstract

The article focuses on the scenario of the spread of the COVID-19 pandemic that has spread rapidly throughout the world and points to a funeral, uncertain and catastrophic horizon for workers, already in a precarious social situation, in the framework of the structural crisis. In the course of decades of destruction imposed by Neoliberalism transmuted into Ultra, which privileges financial accumulation and predatory exploitation of nature and human labour, the possibilities of the reproduction of capital face challenges in the rupture of its own functioning. With one third of the world in isolation, falls in profit rates, an increase in public debt, shrinking consumption and widespread unemployment, capital only finds an immediate outlet in the onslaught on over-exploitation and devaluation of labor, which not only reveals its centrality but also promotes the material conditions of social explosions.

**Keywords:** Work; Pandemic; precarization; COVID-19

### Resumen

El artículo analiza el escenario de la propagación de la pandemia de COVID-19 que se ha extendido rápidamente en el mundo y señala un horizonte fúnebre, incierto y catastrófico para los trabajadores, ya en una situación de precariedad social, en el contexto de la crisis estructural. En el curso de décadas de destrucción impuestas por el Neoliberalismo transmutado en Ultra, privilegiado de la acumulación financiera, de la explotación depredadora de la naturaleza y del trabajo humano, las posibilidades de reproducción del capital enfrentan desafíos en la ruptura de su propio funcionamiento. Con un tercio del mundo aislado, la disminución de las tasas de ganancias, el aumento de la deuda pública, la disminución del consumo y el desempleo generalizado, el capital solo encuentra una salida inmediata de la embestida sobre la sobreexplotación y la devaluación del trabajo, lo que no solo revela su centralidad, cómo promueve las condiciones materiales de las explosiones sociales.

**Palabras clave:** Trabajo; Pandemia; precariedad; COVID-19

## O MUNDO DO TRABALHO FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo se deparava com a “gripe espanhola” (1918-1919), uma das epidemias mais mortais da história moderna, caracterizada pelo rápido período de incubação e por ter infectado um quarto da população do planeta, cujo saldo de mortos, não consensual, oscilou entre 50 e 100 milhões de pessoas<sup>4</sup>. Neste início de século,

---

<sup>4</sup> A designação “gripe espanhola” foi em virtude da Espanha não fazer segredo dos estragos feitos pela epidemia (como outros países que buscaram suavizar o impacto da doença); pela posição de neutralidade da Espanha durante a Primeira Guerra Mundial, assim como às demonstrações de simpatia por parte de uma facção do governo espanhol pelos alemães, fazendo com que a alcunha atribuída à moléstia – espanhola – ganhasse mais amplitude política, principalmente por iniciativa da Inglaterra (D'ÁVILA, 1993).

aproximadamente cem anos depois, nos deparamos com mais um grave problema de saúde pública mundial. A atual pandemia resulta de uma família de coronavírus<sup>5</sup>, causa da Síndrome Respiratória Aguda Grave - 2 (conhecida pela sigla em inglês SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19<sup>6</sup>). Um nome, que como nos alerta Badiou (2020) não é algo radicalmente novo ou sem precedentes, mas assinala uma descendência da epidemia da SARS-CoV (que se espalhou da Província de Guangzhou, também na China, na Primavera de 2003 e infectou 8.000 pessoas em 29 países levando ao óbito 10% dos infectados).

Também entre 2012 a 2018, outra variante do coronavírus surgiu na Arábia Saudita causando a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV), transmitida de camelos para seres humanos, com 2.266 casos registrados e 804 mortes. Essa sequência viral foi preocupação de cientistas que alertaram para a necessidade de vacina contra esses patógenos, mas para os governos o cuidado foi momentâneo, logo após o controle, investimentos estatais e fundos de empresas foram interrompidos, pois a compreensão era que tais surtos poderiam ser controlados facilmente. Se as vacinas tivessem sido produzidas, a perspectiva para resolução da COVID-19 seria mais rápida, visto que o SARS-CoV-2 é 80% semelhante geneticamente ao seu primo SARS-CoV. Os financiamentos acabaram porque não havia mercado para vacina e, desse modo, se constituía em “risco” investir em algo incerto em relação ao uso (NAVAS, 2020).

Se o mercado<sup>7</sup> é quem sempre define a solução em última instância, só produzindo e investindo no que tem demanda lucrativa, suas soluções serão ineficazes e as vidas pouco importarão. Não há novidade nesta prática, nem nas consequências dela decorrentes quando se compreende o sociometabolismo histórico do capital. Desde o século XIX, Marx e Engels (2001) destacavam a ascensão da burguesia pelo mercado mundial, tornando cosmopolita a produção e o consumo dos países. É no mercado mundial que se encontram os monopólios farmacêuticos e os grandes grupos financeiros que controlam a produção da riqueza mundial. O mercado é a materialização da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso, da negação imediata do desenvolvimento das necessidades humanas.

Nesse movimento, a escalada exponencial de crescimento da doença em todo o planeta expõe claramente os efeitos de um Estado diminuto para o social, logo, o

---

<sup>5</sup> Os coronavírus (CoV) compõem uma ampla família identificada desde a década de 1960. Infectam tanto pessoas como animais e causam infecções respiratórias semelhantes aos resfriados comuns e à diarreia.

<sup>6</sup> A denominação significa CO – Corona, VI – Vírus e D – Doença, o número refere-se ao ano de 2019.

<sup>7</sup> O mercado na perspectiva marxiana é entendido enquanto esfera da circulação é o campo onde se dão as trocas dos produtos na forma de troca de mercadorias, e lembrando, mercadorias são relações de troca dos produtos do trabalho humano.

descompromisso das autoridades com o investimento público científico preventivo (sobretudo em vacinas) após surtos anteriores epidêmicos e, de igual modo, a situação de austeridade imposta aos sistemas de saúde pública e privada em todo mundo para suportarem o atendimento rotineiro associado a uma pandemia desta natureza: mundialmente veloz e mortífera. Ressalta Harvey (2020) que há um profundo desinteresse da indústria farmacêutica na pesquisa sem fins lucrativos sobre doenças infecciosas, por isso, raramente se investe em prevenção (esta não contribui para uma valorização dos acionistas). Por este motivo, há pouco desejo em investir na preparação para uma crise de saúde pública, mas para desenhar curas, os monopólios farmacêuticos são hábeis. Quanto mais doentes nós estamos, mais eles ganham.

O primeiro caso da COVID-19<sup>8</sup> foi registrado no dia 31 de dezembro de 2019 em Wuhan (capital e maior cidade da Província de Hubei na China), centro logístico importante (financeiro, educacional, político, comercial e cultural) que abriga aproximadamente 11 milhões de pessoas, sétima mais populosa do país. O desprezo pelo potencial nefasto do vírus foi inicialmente praticado pelas autoridades e em menos de um mês, em 23 de janeiro, a intensificação dos contágios obrigou o governo do presidente chinês Xi Jinping a anunciar medidas de isolamento, suspensão de atividades, fluxos aéreos, etc. Quando a China passou a adotar rígidos critérios de combate ao vírus, este permaneceu sendo minorado por presidentes como Donald Trump, dos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, do Brasil. As consequências deste descaso se expressam nos recordes de números de mortes diárias em ambos os países, especialmente no Brasil<sup>9</sup>.

A espacialização geográfica do vírus, na forma de uma Pandemia, se processa em uma quadra histórica de acúmulo e explosão das contradições do capital em crise estrutural, desde 1970 até então. A crise não é feita pela Pandemia, aliás o grande capital fará uso dela como álibi para se eximir de sua responsabilidade. Não custa lembrar que o capital, como relação social de produção histórica que subordina radicalmente o trabalho é uma forma incontrolável de controle sociometabólico, que se configura como estrutura totalizadora e sujeita tudo aos seus critérios de viabilidade e, tem como razão de ser: a extração máxima do trabalho excedente na forma de mais-valia (MÉSZAROS, 2011). A crise é estrutural

---

<sup>8</sup> A origem do vírus ainda é incerta.

<sup>9</sup> No caso do Brasil o governo não apresentou uma estratégia mínima de combate, mesmo contanto com o mais amplo sistema de saúde gratuita do planeta: O SUS (Sistema Único de Saúde). O SUS enfrenta um violento processo de austeridade que tende a sua destruição, todavia, feitos os mínimos aportes financeiros seria a nossa principal base de enfrentamento ao vírus. Na ausência de uma medida federalizada de enfrentamento, o vírus se alastra assustadoramente e nesta última semana de maio, o país tente a tornar-se o epicentro da COVID-19.

exatamente porque tem caráter universal, abrange a totalidade das relações de produção, e sua escala de tempo é extensa e permanente. Ela é irresolúvel. O resultado de um sociometabolismo incontrolável que impede o desenvolvimento básico da humanidade.

A crise estrutural em seu marco temporal dava sinais pela constante queda na taxa de crescimento de produção e lucratividade desde a década de 1970, desde então tem ocorrido a predominância de capitais que se autonomizam: capital monetário e portador de juros. Ela se localiza, para Mészáros (2004) no fim da década de 1960 e início da seguinte, cujo marco são os levantes de 1968 que se manifestam como grandes conflitos econômicos e também confrontações políticas significativas produzidas pelo desemprego crônico.

Para Antunes (2005) esta crise gestada há aproximadamente meio século foi provocada pelo: acirramento da luta do operariado em massa (de raiz fordista), que engendrou o aumento do valor da força de trabalho; esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, diante do desemprego e da retração do consumo; da relativa autonomia que a esfera financeira passa a ter diante da esfera produtiva; da maior concentração entre as empresas monopolistas e oligopolistas; crise do Estado de Bem-Estar Social, impondo a transferência dos gastos públicos para a iniciativa privada somado ao incremento das privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo (ANTUNES, 2005). Acrescenta-se a tais fatores o desmantelamento dos países “pós-capitalistas”, criando um ambiente favorável para a compreensão da vitória capitalista e da derrota do “socialismo”, o que auxiliou a expansão fortificada do ideário neoliberal nas últimas décadas.

Os remédios para suplantar a crise de 1970 apresentam três dimensões umbilicais: *a reestruturação produtiva*, cujo núcleo principal atinge o universo do trabalho, com a transição do modelo taylorista-fordista para o toyotista flexível, ancorada na desregulamentação e precariedade do trabalho em inéditas modalidades: informalidade, terceirização, retorno à formas laborativas semelhantes à escravidão, baixos salários, uberização e polivalência do trabalho, ausência ou frágil presença de direitos, trabalho *home office*, dentre outras, marcadas por uma precariedade como norma, elevação da composição orgânica do capital e, por consequência, o desemprego estrutural ao lado do agravamento da pobreza; *a financeirização da riqueza capitalista*, como um remédio para a cura da crise, desloca-se capitais da esfera produtiva para a financeira por meio da capacidade de transformar dinheiro em dinheiro (D - D') sob a forma de juros, de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos à título de posse de ações. É a forma reificada do capital portador de juros que Marx (2008) já havia explicado - que cria o fetiche de geração do dinheiro pelo próprio dinheiro, porque se

abrevia o movimento do capital, omitindo-se o processo intermediário e, claro, o conflito capital x trabalho e a centralidade do trabalho na produção de mais-valia; o *Neoliberalismo* como uma teoria de alcance universal e única alternativa viável à humanidade, que vem desmontando o pífio estatuto social do Estado de Bem-Estar Social, por meio da privatização de direitos universais como a educação e a saúde pública. Ao redimensionar a atuação do Estado, o Neoliberalismo privilegia a especulação ante a produção, garante o rebaixamento das condições econômicas da classe trabalhadora, deixando livre a hegemonia das finanças.

Os desdobramentos destas três dimensões são um epítome da nefasta relação metabólica trabalho x natureza, que tem como núcleo central, a materialidade do processo de produção mercantil reificado e alienado. Ou seja, se produz uma mercantilização irracional e generalizada que intensifica o consumo predatório e a transformação da própria degradação da natureza em mercado lucrativo (caso do carbono, de animais selvagens, madeira, etc.). A acelerada expansão da Pandemia se explica por esse sociometabolismo praticado nas últimas décadas alvo da pilhagem, saque e dilapidação, através do desmatamento; da destruição/flexibilização das legislações ambientais; do consumismo exacerbado; do uso ilimitado das energias fósseis; da elevada apropriação e desperdício da água potável; dos agrotóxicos, da poluição do ar, rios, mares e solos, alterações climáticas, destruição da fauna e da flora<sup>10</sup>. Além disso, as concentrações populacionais, sobretudo urbanas, apresentam graves problemas sanitários, são incubadoras de doenças e gripes.

O estilo de vida atual ancora-se na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, que aumenta a apropriação ilimitada da natureza e produz desperdício de forma aberrante. Como explica Conceição (2004), o equilíbrio homem - natureza se define na forma racional da sua dominação pelo trabalho, da técnica e da ciência, o que implica compreender o processo sociometabólico da natureza, no resultado das relações entre os homens. No

---

<sup>10</sup> O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) aponta que o surgimento de novos coronavírus é reflexo da degradação ambiental, com a destruição de habitats silvestres. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que um animal foi a provável fonte de contaminação do coronavírus de 2019 para humanos. Os morcegos são os mais cotados como transmissores da COVID-19. Sabe-se também que os coronavírus são zoonóticos, ou seja, transmitidos de animais para seres humanos e que o desmatamento da Amazônia pode ser um fator de surgimento de novos vírus. Para Lapola (2020) a ingerência humana em matas nativas além de gerar um desequilíbrio ecológico pode exportar doenças do coração da floresta, quanto mais desmatamento mais o horizonte real para propagação de doenças por vírus. Ao alterar as cadeias ecológicas pode acontecer o pulo do vírus dos animais para os humanos. Os vírus de doenças como AIDS, Ebola e Dengue se disseminaram a partir de desequilíbrios ecológicos também dessa natureza. Essa transmissão ocorre com mais frequência no sul da Ásia e na África, onde se encontram majoritariamente certas famílias de morcegos, mas a biodiversidade da Amazônia poderia caracterizar a região como "o maior repositório de coronavírus do mundo" (LAPOLA, 2020).

capitalismo, consumo e destruição são equivalentes funcionais. O necessário torna-se supérfluo para justificar o seu não-valor de uso.

Na totalidade destes ataques à natureza, ninguém pode estar livre das consequências deles (caso da Pandemia da COVID-19); se mostram de longo alcance no tempo, irreversíveis dentro da lógica do capital, pois sua existência é pautada essencialmente no objetivo do lucro. A alienação dos meios de produção e trabalho convertidos em capital, como parte orgânica deste, têm de se opor obrigatoriamente às necessidades básicas do proletariado.

Harvey (2020) reforça a capacidade do capital de modificar as condições ambientais de sua própria reprodução, isso se dá com base em consequências não intencionais (como as mudanças climáticas, fornecimento alimentar intensivo e abusivo em subtrópicos úmidos, concentrações humanas de alta densidade, como a encontrada em Wuhan) contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Desse modo, não se pode falar em desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo, mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida, dependem das ações humanas, das vulnerabilidades existentes no modelo hegemônico econômico.

Com isso, as grandes epidemias estão retornando cada vez mais fortes, desde a pandemia viral da AIDS, passando pela gripe aviária, o vírus Ebola e o vírus SARS-1, sem contar a diversidade de gripes, do aparecimento de alguns tipos de tuberculose sem cura, ou mesmo do retorno do sarampo. O mercado mundial, ao combinar a existência de vastas zonas submedicalizadas e a falta de disciplina global no que diz respeito às vacinas necessárias, produz inevitavelmente epidemias graves e devastadoras (BADIOU, 2020).

A acumulação de capital, além de subverter a condição histórica e ontológica do homem-trabalho-natureza, conta desde sempre com o Estado como sistema político abrangente em todos os momentos, inclusive na crise. Sua função é retificar a falta de unidade entre a produção e seu controle (isolados e opostos), corrigir a independência entre produção e consumo e criar e garantir a circulação como empreendimento global dessas unidades fragmentadas, buscando a superação da contradição entre produção e circulação (MÉSZÁROS, 2011).

Destaca Mascaró (2013): o Estado é a base da intermediação universal das mercadorias e assegura, pela falsa separação entre político e econômico, a valorização do valor, isto é, as trocas e a exploração da força de trabalho assalariada, a propriedade privada e os vínculos que sustentam capital e trabalho. As crises do capital não se apresentam às

classes como ocasião da superação do modo de produção, mas sim, como fatos excepcionais e indesejáveis.

Na últimas décadas, o Estado Neoliberal<sup>11</sup> tem tido como parâmetro de ação garantir a lógica do capital financeiro atuando no ataque contínuo à legislação trabalhista, à regulação pública dos contratos de trabalho (jornada, dos salários, das condições de uso da força de trabalho, da segurança no trabalho); ataque aos sindicatos que são substituídos por sindicatos de negociação, sem direitos assegurados em lei e em desvantagens com as negociações patronais; destruição da previdência pública e oferta da previdência privada; privatização dos serviços públicos essenciais à classe trabalhadora, abrindo novas frentes de valorização para

o capital (educação, saúde, habitação, etc.). Tal conjunto de ataques objetiva reduzir os custos do trabalho e elevar sua exploração e liberar parte do fundo público (que eram comprometidas com serviços sociais e previdência) para pagamento da dívida (BORGES, 2016). Ao reforçar os interesses do mercado, o seu papel se dá em pontos nevrálgicos da economia, deixando o trabalhador já expropriado dos meios de produção e de direitos a contar com a sorte, sem alternativa. Sem qualquer cobertura de direitos e sem um programa de medicina preventiva, a Pandemia pode gerar um número de mortos ainda imprevisível no mundo, mormente os mais pobres e vulneráveis.

Os Estados neste enfrentamento da COVID-19 administram os problemas e gestam a escassez, pois não têm investido na prevenção, ao tempo em que os monopólios farmacêuticos só pensam na sua lucratividade<sup>12</sup>, nos ganhos com os possíveis remédios e tratamentos. Adiciona-se a isso, a situação já decrépita dos sistemas de saúde pública e privada que não dão conta de patologias e atendimentos de rotina, quanto mais do peso de uma Pandemia. Se o funcionamento desses sistemas de saúde já estava asfixiado, o quadro pandêmico traduz um cenário fúnebre e ainda imprevisível, associando a fatalidade do vírus com a incapacidade e precariedade dos hospitais (leitos, respiradores, kits de teste, números

---

<sup>11</sup> Não é à toa que os países em que o avanço neoliberal é inicial (como a China, Coreia do Sul e Singapura) atravessam com mais resistência a Pandemia, pois a saúde pública aparece ainda como um princípio universal.

<sup>12</sup> Neste ponto, Davis (2020) defende que o acesso a medicamentos, incluindo vacinas, antibióticos e antivirais, deve ser um direito humano, universalmente disponível e sem custos. Se os mercados não podem oferecer incentivos para produzir tais medicamentos à baixo custo, então governos e organizações sem fins lucrativos devem assumir a responsabilidade por sua fabricação e distribuição. A sobrevivência de todos deve ser sempre considerada uma prioridade maior do que os lucros da indústria farmacêutica. Todavia, sabemos que na prática, o que funciona é a expressão maximizada da predominância do valor de uso sobre o valor de troca.



de profissionais insuficientes, condições de trabalho precárias e fragilidade do tratamento), mas certamente certo nos sujeitos atingidos: os mais pobres e de saúde fragilizada.

Para tentar minorar as mortes e o contágio, a necessidade de isolamento social em todo o mundo passou a ser a medida mais eficiente e possível contra a disseminação do vírus, conseqüentemente, provocou uma alteração brusca dos níveis de consumo e consumismo, com rupturas no ciclo do capital e desvalorizações generalizadas. Harvey (2020) demonstra como os efeitos econômicos se alastraram para fora da China e provocaram uma desvalorização líquida de quase 30% nas bolsas de valores do mundo, reduzindo o padrão de consumismo que predomina em 70-80% das economias centrais, baseado especialmente no turismo internacional (aeroportos, hotéis, companhias aéreas, restaurantes, parques temáticos, eventos culturais etc.), locais de acumulação, agora, mortos. Grande parte do modelo de vanguarda do consumismo capitalista contemporâneo é inoperante nas condições atuais.

Embora se afirme que o mundo será outro depois da Pandemia, que a doença desconhece classe, etnia ou barreiras sociais e favorece minimamente o sentido de solidariedade, seus desdobramentos atingem claramente de forma desigual países e classes, expondo a sociedade de forma diferenciada ao quadro viral. O enfrentamento do vírus depende: das condições de desigualdade social, expressas na concentração de renda/riqueza; da existência de moradias adequadas e das suas formas (acesso à água potável, ventilação, número de cômodos e saneamento básico); do grau de vulnerabilidade dos sistemas de saúde pública e privada; da situação do desmonte de proteção social de cada Estado-Nação (proteção esta, inexistente em muitos países ou mesmo corroída em décadas de Neoliberalismo); dos patamares de degradação ambiental, além do nível de precariedade das condições de vida (alimentação que garanta valores nutricionais que possibilite imunidade) e trabalho. Acrescenta-se também o fato de sermos reféns dos interesses da indústria farmacêutica (distantes de uma medicina preventiva universal).

Quanto mais o trabalho for indispensável no quadro pandêmico, maiores as chances de se contaminar e/ou morrer. Uma pluralidade de trabalhadores e trabalhadoras não pode parar, ficar em casa, pois desenvolve o seu trabalho em serviços essenciais, e vão para o enfrentamento/contato com o vírus nos hospitais (médicos, enfermeiros, funcionários de limpeza, etc.) e nas ruas (metroviários, trabalhadores da diversidade de serviços de entrega/*delivery*, sobretudo os de aplicativos, correios, uberes, vendedores, funcionários de mercados e farmácias, padeiros, bancários, coveiros, coletores de lixo, agricultores, agentes

de serviços funerários, agentes de saúde, motoristas de ônibus, carteiros, seguranças, policiais, etc.). O transtorno provocado pela pandemia num contexto de tendência à acumulação com menos uso produtivo do trabalho, expõe que os capitalistas e parasitas são inúteis, nada produzem, enquanto que os trabalhadores da saúde, da alimentação, transporte e logística não podem parar. Escancara inclusive a centralidade do trabalho para o capital.

O caos que se aprofunda com o aumento dos casos – necessidade de ampliação do atendimento médico-hospitalar (kits de teste, EPIs, respiradores mecânicos, leitos, etc.) acesso à moradia, trabalho, saneamento básico, água potável e soberania alimentar - espelha uma realidade anterior: em janeiro de 2020, um estudo da ONG britânica OXFAM revelou que o 1% mais rico do planeta acumula mais do dobro de riqueza dos 6,9 bilhões de seres humanos. O relatório nos informa que, em 2019, os 2.153 bilionários detinham mais riqueza do que os 4,6 bilhões da mesma espécie (OXFAM, 2020). A gravidade e agudez da atual pandemia explica o cenário de crise estrutural do capital que possui o desperdício e a fome como faces de um incontrolável sociometabolismo. Os limites absolutos do sistema se configuram em desumanidade: desemprego crônico, pobreza e miséria, fome e concentração de riqueza, com a reprodução de uma força de trabalho continuamente supérflua em favor do lucro imediato (MÉSZÁROS, 2011).

Soma-se a isto o fato da precariedade do trabalho e a intensificação da taxa de exploração serem marcas insuprimíveis no mundo do trabalho e refletem as condições de vida e fragilidade nos países de capitalismo central e, especialmente, periféricos. Mattos (2019) destaca que no mercado mundial, traçado pela precariedade, há setores sociais mais atingidos, como mulheres e jovens, e os países de industrialização mais tardia são um solo, ainda mais fértil, para a precarização das relações de trabalho.

As políticas Neoliberais, ao porem em prática a desregulamentação do trabalho, liberalização extrema do mercado, ataque aos direitos do trabalho e privatização das funções do Estado em sintonia com a reestruturação produtiva, prepararam o terreno fértil para este feito desde a década de 1980, quando se constata que o acúmulo anterior de uma enorme massa de mais-valia deixava de ser canalizado para o investimento produtivo, permitindo a autonomia relativa da esfera especulativa e financeira. Os mesmos processos contraditórios que passavam a valorizar o capital, desperdiçavam trabalho vivo em termos quantitativos, provocando desemprego e o aumento da superpopulação relativa, corroborando para o que explica a funcionalidade da “lei geral da acumulação” marxiana.

Como consequência, o trabalho abstrato tende a se disseminar como forma derivada e restringir-se como forma constitutiva do valor. A modernidade do capital é, assim, contraditoriamente improdutivo da ótica do valor, ampliam-se as formas de trabalho improdutivo e restringem-se as formas de trabalho produtivo. A forma valor se desenvolve por instâncias não produtivas do modo de produção capitalista, fazendo do trabalho abstrato e da exploração “formas fictícias”, mas sem perder a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor. É assim que o capitalismo global, das bolhas especulativas e da instabilidade sistêmica tem caracterizado o sistema produtor de mercadorias das últimas décadas. Dessa forma, imerso em cadentes contradições sociais e diante da acumulação de riqueza abstrata volátil, o capitalismo deixa claro que é incapaz de realizar promessas de bem-estar social e emprego decente para milhões de trabalhadores (ALVES, 2013).

A concorrência pelos empregos e pelas novas modalidades de trabalho equaliza a taxa de exploração em nível mundial para baixo (atinge os benefícios sociais, o tempo de trabalho, os contratos de trabalho e todas as políticas sociais), criadas com base nos preceitos neoliberais que ao determinarem as diretrizes da internacionalização promovem a concorrência desleal e injusta entre os vendedores da força de trabalho (OLIVEIRA, 2017).

O trabalho como síntese da relação sociedade-natureza, e, portanto, determinante na produção do espaço, carrega a centralidade que permite apreendê-lo como sentido estruturante da humanidade e sua história. O discurso de seu fim como perda dessa centralidade acompanhou algumas análises conjunturais desde o final dos anos 1960, somado aos discursos de “fim da História”, “fim do Socialismo” e “fim das Metanarrativas<sup>13</sup>”.

As primeiras manifestações deste raciocínio ecoam com a publicação, em 1968, de Técnica e ciência como ideologia, de Jürgen Habermas, seguindo com André Gorz em Adeus ao proletariado, publicado em 1982, depois com Claus Offe na obra Trabalho e sociedade, publicado em 1984. Debate este ampliado para outros autores como Lazzarato & Negri (2001), Kurtz (2004), dentre outros. Todavia, a diminuição global do chamado proletariado industrial, principalmente nos países capitalistas centrais, como processo em curso ao longo do século XX, não justifica a negação do trabalho e das categorias universais da teoria da *práxis*. O conceito de classe-que-vive-do-trabalho, fundamentado em Antunes (2006), permite apreender a chamada nova morfologia do trabalho, formada por trabalhadores precarizados, em uma classe cada vez mais heterogênea, complexa e fragmentada.

---

<sup>13</sup> Discursos que consideram a derrocada da União Soviética como fato consumado dos “fins” (ANTUNES, 2006).

Não é que o trabalho esteja no fim, mas a sua condição abstrata e assalariada dentro dos padrões capitalistas. Mesmo sendo o trabalho determinante para qualquer forma de sociabilidade, o que aparece é o elevado grau do desenvolvimento das forças produtivas em primeiro plano: a mercadoria, o capital fictício e a importância da ciência e da tecnologia (trabalho morto) frente ao trabalho vivo abstrato, que é o elemento definidor em todas elas (OLIVEIRA, 2017). Com a pandemia, de repente, o discurso pós-moderno de “fim do trabalho” entra na gaveta, para dar espaço ao de “retorno ao trabalho” em nome do “crescimento econômico” defendido pelo empresariado. Trabalho este, cuja reafirmação da centralidade tem na precarização, precariedade e desemprego seus elementos basilares.

Leite (2011) define a precarização como um processo relacional, que deve ser levado em conta o processo histórico, pois remete à ideia de deterioração, de perdas do direito associado ao trabalho, correspondente ao emprego estável. O conceito de precariedade consiste nas formas de inserção ocupacional aquém dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora historicamente e envolve a instabilidade, falta de proteção. Por isso, a precariedade passa a ocupar um lugar central na acumulação atual expressa pela nova informalidade, trabalho temporário, parcial e em domicílio, etc.

Para Alves (2007), a precariedade é conceituada como uma condição histórico-ontológica do trabalho, enquanto mercadoria - atingindo todos que são despossuídos do controle dos meios de produção, das condições objetivas e subjetivas da vida social - enquanto que a precarização é uma modalidade da precariedade, um processo de diluição dos obstáculos constituídos pela luta da classe trabalhadora à voracidade do capital no século XX.

A precariedade pode ser compreendida como a incapacidade do capital de garantir o trabalho, dentro de uma relação de assalariamento com amplos direitos e proteção, como parâmetro. Na avaliação de Mattos (2017) o trabalho precário é o incerto, ‘atípico’, ‘fora da norma’, atinge os que não têm controle sobre o seu destino, por isso dependem da sorte, caracterizam-se por ser temporário, ainda que os riscos de uma modalidade a outra possam ser variáveis. Incluem:

...o trabalho temporário das agências de emprego; trabalho sobre demanda (*on-call work*); trabalho com contrato zero-hora; trabalho sazonal; trabalho ocasional; trabalho diário recrutado informalmente ao ar livre; trabalho intermitente; contratação independente; trabalho *freelance*; estágios (estudantes de universidades ou recém-graduados que trabalham como aprendizes de curto prazo, geralmente com uma compensação modesta pelos seus custos; e muitos dos assim chamados trabalhadores autônomos (MATTOS, 2017, p.144).

Ainda apresentando sua expressividade mundial, o autor acrescenta que a competição global por capitais equaliza para baixo a qualidade de vida e trabalho nas periferias e, agora, avança sobre os países centrais (do Norte). Nestes, o trabalho precário sempre foi restrito e tinha um caráter limitado e conjuntural, hoje se espalha para diversos setores e é menos conjuntural (ainda que tenha como característica, uma proteção trabalhista razoável, fruto do Estado de Bem-Estar Social; já nos países periféricos (do Sul), o trabalho precário se espalhou para todos os setores, sendo de natureza estrutural e oferece pouca proteção formal. Daí se explica a disparidade de renda entre estes dois grupos de países.

No Brasil, a precariedade do trabalho é colocada como um privilégio. O privilégio da servidão implica na disponibilidade perpétua, não a qualquer forma de trabalho, mas um trabalho irremediavelmente precário. Estar na condição de servo e não estar desempregado passa a ser um privilégio, sobretudo para os jovens, no labor realizado nos serviços da era digital, inchados pela retração do trabalho industrial como expressão máxima da financeirização do capital (ANTUNES, 2020). Se tiverem sorte, serão servos, tendo o privilégio da servidão com tentativa da negação ao desemprego. O privilégio desta servidão é o horizonte trágico posto como perspectiva para a classe trabalhadora.

Somado a isso, igualmente precários são os atendimentos públicos prestados pelo Estado, fato explicado pela função do país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e pelo domínio de sujeitos políticos publicamente autoritários e cujos interesses são incompatíveis com as necessidades históricas da ampla maioria da população brasileira. Enquanto empresários defendem o fim do isolamento social e o “retorno ao trabalho”, sob o respaldo do Presidente da República, demissões e reduções de salários são autorizadas<sup>14</sup>, ao tempo que se tenta auxiliar de forma emergencial os milhões de informais brasileiros<sup>15</sup>. Visto isso, a questão central a ser apontada é que em contextos de agudez da crise capitalista, o trabalho se reafirma em seu fundamento para o sociometabolismo do capital. O caos instaurado com a pandemia não emerge em um mundo harmônico e ausente de contradições, mas inserido em uma crise de proporções estruturais, cujos efeitos no Brasil são enfrentados, mais claramente, desde 2014, explodindo em 2016.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/04/07/demissoes-perda-salarial-e-reducao-de-jornada-como-ficam-os-trabalhadores-formais>. Acesso em: 12 mai. 2020.

<sup>15</sup> A proposta do Auxílio Emergencial nos valores de R\$600,00, R\$1.200,00 e R\$1,800,00 foi aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado Federal por unanimidade dos deputados e senadores em abril de 2020.

O receituário Neoliberal de décadas aprofundou-se frente ao golpe (midiático-parlamentar-político-jurídico de 2016), que teve como alvo o ataque aos direitos trabalhistas (negociações, participação nos lucros e resultados, banco de horas, trabalho remoto) e previdenciários: pela PEC-55 e reforma da previdência. Em todas estas intervenções se revela a corrosão extrema dos direitos e proteção ao trabalhador, ou melhor, a busca de sua supressão. Numa Pandemia, estas circunstâncias tornam o quadro do país caótico.

Voltamos nossos olhos para a realidade brasileira a partir dos anos 1990, momento em que mundo do trabalho perpassou a ampliação da precariedade, através da explosão da informalidade, terceirização, trabalhos temporários, uberizados, sem direitos, por conta própria, parciais, e tantas outras em que são marcadas pela superexploração, baixa remuneração e ausência ou frágil presença de direitos trabalhistas e para as primeiras décadas do século XXI, quando este processo toma proporções mais destrutivas.

### **A HISTÓRICA PRECARIÉDADE DO TRABALHO NO BRASIL INTENSIFICADA COM A COVID-19**

O mundo do trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, contínuo excedente de força de trabalho, ardil de instabilidade e flexibilidade, baixos salários, elevadas taxas de desemprego, frágil legislação para uma minoria e uso indiscriminado de mulheres e crianças perfazendo extensas jornadas. A superexploração do trabalho foi a garantia do desenvolvimento das relações capitalistas nacionais em sintonia com o sistema sociometabólico do capital a partir do século XX. Alcançada a maturidade industrial, todo o padrão de relações de trabalho, legislação trabalhista e sindical, políticas salariais, além das demais políticas sociais, foram conduzidas por um Estado paternalista e autoritário. Isso impediu a formação de um mercado interno aquém dos encontrados nos países que vivenciaram o Estado de Bem-Estar Social<sup>16</sup>. A universalização tardia de direitos sociais e previdenciários trazidas pela pressão lutas sociais só foi alcançada de 1988, num momento que o ideário Neoliberal foi aqui incorporado.

---

<sup>16</sup> Aqui inexistiu a relação entre democracia, participação eleitoral e políticas sociais. Com uma industrialização recente e restringida a base da organização operária, não poderia fazer frente ao capital. Em vez da falsa conciliação capital x trabalho a partir de universalização das políticas sociais, aqui houve uma adaptação da acumulação desenvolvimentista, com a cooptação da classe trabalhadora urbana e uma política social estratificada.

A escravidão, o latifúndio e a superexploração são traços “genéticos” do nosso universo do trabalho. Logo, a informalidade, a terceirização, os trabalhos de baixa remuneração, desprotegidos e a precariedade hegemônica, são regra na síntese da nossa história. Como afirma Oliveira (2017, p. 184),

Historicamente, a superexploração e a precariedade do trabalho aparecem como condição de inserção dos países dependentes na economia mundial e também do Brasil. A hierarquização dos diferentes territórios imposta pelo modo de produção capitalista, criou padrões distintos e desiguais de acumulação, mas dialeticamente combinados, com a tendência do centro capitalista concentrar a exploração/geração da mais-valia relativa e a periferia, a mais-valia absoluta, geralmente fora dos padrões de formalização e proteção social. Atualmente essa superexploração se aprofunda na América Latina e toda periferia capitalista além de se estender também aos países centrais. A precariedade alcança a totalidade viva do trabalho em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas em escala planetária.

Podemos sistematizar três momentos de intensificação da precariedade do trabalho. De 1990 a 2002 houve a incorporação das diretrizes do Consenso de Washington, a abertura radical da economia e sua integração à economia globalizada, veio acompanhada de privatizações, reforma do Estado, combate aos sindicatos e ataques à regulação do trabalho que resultou na fragilização das cadeias produtivas. O desemprego seria corrigido pela elevação da qualificação aliada a flexibilização e perspectiva empreendedora. O resultado foi a destruição dos melhores empregos no país, introdução da terceirização, fragilização dos sindicatos, fragmentação da classe trabalhadora e o aumento de pobres e indigentes. De 2003 a 2014 tem-se o avanço das forças progressistas de ação neodesenvolvimentista que apresentam um quadro mais favorável ao trabalho, como política de valorização do salário mínimo e expansão do crédito ao consumidor, programa de transferência de renda, recuperação da taxa de crescimento do PIB até 2009, investimento em programas habitacionais e melhorias do índice de formalização do mercado de trabalho. De 2014 até o presente apresenta-se uma nova ofensiva contra o trabalho, a recessão de 2015 foi aprofundada pela crise política em 2016 que resultou no golpe (político-jurídico-midiático), responsável pela elevação da taxa de desocupação, pulverização da terceirização nos setores produtivos. A corrosão democrática estimulou a criminalização de partidos como o PT e de lideranças de movimentos sociais e a legitimação do desmonte: a destruição da CLT, a “reforma” de previdência e degradação salarial (BORGES, 2016).

Diante da precariedade como condição estrutural do mundo do trabalho, a crise da pandemia deixa de ser unicamente sanitária e expõe as entranhas de um mundo imerso na crise estrutural do capital. A análise da Organização Internacional do Trabalho revela que o impacto da pandemia se torna desumano, pois o mundo do trabalho já se encontrava desestruturado e caótico. De acordo com os dados, 305 milhões de trabalhadores podem ter suas ocupações perdidas caso o quadro atual da pandemia se perdure no mesmo ritmo até agosto de 2020. A instituição também destaca o impacto para 1,6 bilhão de informais e a situação vulnerável da América Latina e Caribe diante do aumento na curva de contaminação (OIT, 2020)

Em relação ao Brasil, os dados mais recentes do IBGE (2020) informam um panorama catastrófico: 12,6 milhões de brasileiras e brasileiros estão desempregados (12,6% em abril). O comércio e os serviços domésticos foram os ramos do mercado de trabalho mais afetados, respectivamente, com perdas de 1,2 milhão e 727 mil. A informalidade alcançou o menor número da série histórica da PNAD CONTÍNUA: 34,6 milhões e tal dado não deve ser comemorado, pois são 4,9 milhões de seres humanos privados da reprodução das condições materiais, que deixam de ser informais para serem desempregados. A subutilização e o desalento também seguiram a tendência de aumento: 28,7 milhões de subutilizados (8,7% a mais em comparação ao trimestre anterior) e 5 milhões de desalentados<sup>17</sup> (7% a mais). Os dados e a compreensão das suas entrelinhas são fundamentais para a contraposição de falácias discursivas e pensamentos ilusórios: a agudez da crise não surge quando o surto se torna pandemia, o fim da pandemia não será a resolução das problemáticas que assolam a sociedade contemporânea e o Neoliberalismo deve ser compreendido como ponto de partida e detonador de todo o cenário atual a qual a humanidade enfrenta.

Para Giovanni Alves (2013), a natureza da precariedade do trabalho no Brasil é estrutural ao capital em sua expansão e valorização, e, pois, exige uma leitura do mundo do trabalho na pandemia sob a categoria da totalidade. Se nos últimos trinta anos, o padrão Neoliberal de acumulação no Brasil traz consigo o aumento da informalidade, é necessário compreender que a situação de precarização das relações de trabalho precede esse marco temporal. De situação torna-se condição estrutural: a precariedade enquanto movimento é

---

<sup>17</sup> A subutilização da força de trabalho se constitui na soma dos desocupados (desempregados), aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas. Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas de desistirem de procurar trabalho (IBGE, 2020).



expressão do capitalismo selvagem que se sustenta no país à custa de trabalho barato, de manutenção das bases agrário-escravocratas e de uma burguesia industrial funcional ao lucro acima de tudo e de todos. A simbiose moderno-arcaico de que nos fala Oliveira (2008) combina tais elementos no entendimento sobre as relações de produção e acumulação que se consolidam no Brasil a partir da chamada Revolução de 1930 e que, portanto, imbricam riqueza e pobreza.

Desde então, a precarização como processo e a precariedade enquanto condição apontam as seguintes tendências: 1. Aumento da busca por qualificações e atributos para postos de trabalho estáveis cada vez mais escassos; 2. Diminuição do chamado proletariado industrial e aumento dos trabalhadores vinculados ao comércio; 3. Dificuldade dos jovens entre 15 e 24 anos inserirem-se no mercado de trabalho e aumento do chamado ‘trabalho idoso’; 4. Expansão do que se denomina ‘formas não-capitalistas’, consideradas como alternativas para a reprodução da força de trabalho para aqueles sem escolaridade suficiente (ALVES, 2013).

A eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, é considerada marco de implementação de políticas de austeridade fiscal típicas do Neoliberalismo mundializado no Brasil (ANDERSON, 1995). Desde então, o que já existia de desestruturação social e trabalhista adquire contornos ainda mais acentuados, associados à ideia de reestruturação: o mínimo de proteção de uma ínfima parcela de trabalhadores estáveis, assegurados pela então Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), são revisados sob o pretexto de modernização das relações empregado-empregador. Uma forma de escamotear a retirada de estratégias de luta, pautadas nos sindicatos, e oferecer margens de “abertura” para a defesa de privatizações e o redesenho do Estado como articulador do desenvolvimento social e econômico, consolidados com os governos de Fernando Henrique Cardoso. Em uma década, consolida-se o arcabouço da cartilha neoliberal disseminada pelo Consenso de Washington e avaliada anualmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como forma de classificar as nações em “notas” para o julgo do mercado financeiro. O plano de estabilização monetária, por exemplo, conhecido popularmente como Plano Real, nas vésperas da eleição de FHC, se estruturou em pilares centrados no equilíbrio da balança comercial brasileira e, portanto, a preocupação com o mercado internacional na atração de investimentos: 1. Abertura comercial, 2. Valorização cambial, com a atração de produtos importados e a pressão contra a indústria nacional, disseminando o desemprego e a informalidade, 3. Altas taxas de juros

em prol do capital especulativo, 4. Equilíbrio das contas públicas com o corte de investimentos sociais e de infraestrutura (KREIN, 2001).

Nesse ínterim, a desestruturação do mundo do trabalho significou a imersão de um contingente considerável da então população brasileira em ocupações instáveis. Novos termos são elaborados para a leitura sobre um processo que, para além da conjuntura, expressou uma reestruturação: descentralização de unidades produtivas, terceirização do trabalho, trabalho informal, novos métodos pautados no aprimoramento das tecnologias da informação e no enxugamento no número de proletários, flexibilização nas negociações trabalhistas sobre jornada e salário, transformação da gestão do trabalho que tende à competitividade e ao contínuo aprimoramento e à transmutação do trabalhador em colaborador/parceiro nos chamados “programas de qualidade total”.

Algumas tendências que se consolidam no mundo do trabalho brasileiro a partir dos anos 1990 são: alta das taxas de desemprego e disseminação de formas intermitentes de labor, apontam Mattoso; Pochmann (1998). E nesse sentido, cabe destacar que a redemocratização e o amplo debate sobre a Constituinte não concretizaram a ideia de pleno emprego, nem mesmo no limiar do novo milênio com a emergência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A década que corresponde ao Governo Lula (2003-2010) não significou o rompimento com a lógica neoliberal de acumulação, pois o tripé representado pelo câmbio flutuante, superávit fiscal primário e metas de inflação se mantiveram intactos e defendidos conforme pacto de comprometimento do então Presidente. Na tentativa de arrefecer o conflito capital x trabalho, o Brasil perpassa um contexto de redução da desigualdade social e crescimento da renda dos brasileiros nos limites dos gastos para o orçamento público que é encaminhado pelo Governo Dilma (2011-2016). Um mecanismo de interpretação econômica que apreende o Estado como propulsor da ideia do neodesenvolvimentismo, em alusão às bases do passado associado à Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, e que dialoga com a ascensão social da classe trabalhadora brasileira com a queda nas taxas de desemprego e o aumento da chamada formalização. Os dados do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que entre 2003 e 2016 foram criados 20 milhões de ocupações, os empregos formais passaram de 29,5 para 48,0 milhões. Todavia, distante de uma aparente condição de pleno emprego, o que se assiste é uma expansão do mercado formal atrelado ao salário mínimo e uma hibridização da precariedade que não rompe com os traços históricos de subalternização dos trabalhadores. A informalidade perpetuou-se através da expansão dos trabalhadores domésticos, por “bicos”, aumento da subcontratação e terceirização (PAZ,

2017). A partir de 2016, o caráter atroz da austeridade fiscal é intensificado na voracidade dos que almejavam o desmonte completo e irreversível de investimentos sociais, dos resquícios da CLT, da estabilidade dos serviços estatutários e da legalização da intermitência no/do trabalho.

Diante de instabilidade, o ‘sonho’ da Carteira de Trabalho se torna mito de um inalcançável desejo de estabilidade social que se desintegra na negação de acesso aos direitos básicos prescritos na Constituição de 1988: moradia, educação, saúde, segurança, lazer, em suma, uma vida minimamente digna. Na contramão da ideia de “cidadania”, perpassa-se nas últimas décadas, a intensificação no ataque contra benesses trabalhistas e à seguridade social, em um cenário de crise que demanda dos proprietários dos meios de produção, mecanismos cada vez menos velados de privatização, terceirização, demissões em massa, cortes sociais intitulados ‘reformas’, somado ao avanço de movimentos fascistas desde os protestos de 2013, captados pela direita e extrema-direita para a fundamentação de um sentido apolítico na sociedade e o incentivo à classe média na contraposição aos governos de esquerda, contribuem para o contexto de barbárie, em que toda e qualquer forma de crítica torna-se inimigo a ser combatido pelo Presidente da República em exercício, o ultradireitista Jair Bolsonaro. A precariedade em múltiplas dimensões (informalidade, terceirização, trabalho por conta própria, uberização, etc.) consolida-se como expressão concreta e afirmativa da valorização do valor em um país assolado pela desigualdade e, na linguagem do ultraneoliberalismo associado ao fascismo sem escrúpulos: forma de evitar a “vagabundagem”.

Em fevereiro de 2020, às vésperas das primeiras confirmações de casos do COVID-19, o IBGE divulgou os dados da PNAD Contínua referente ao último trimestre de 2019. A pandemia adentra as fronteiras desse país com o seguinte panorama no mundo do trabalho, com dados do último trimestre de 2019 (TABELA 01):

TABELA 01 – Dados sobre mundo do trabalho no Brasil, último trimestre de 2019

<b>Categoria de ocupação</b>	<b>Número de trabalhadores</b>
Trabalhadores desocupados	11,6 milhões
Trabalhadores desalentados	4,6 milhões
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	6,8 milhões
Trabalhadores por conta própria	24,5 milhões
Empregado do setor privado sem carteira assinada	11,8 milhões

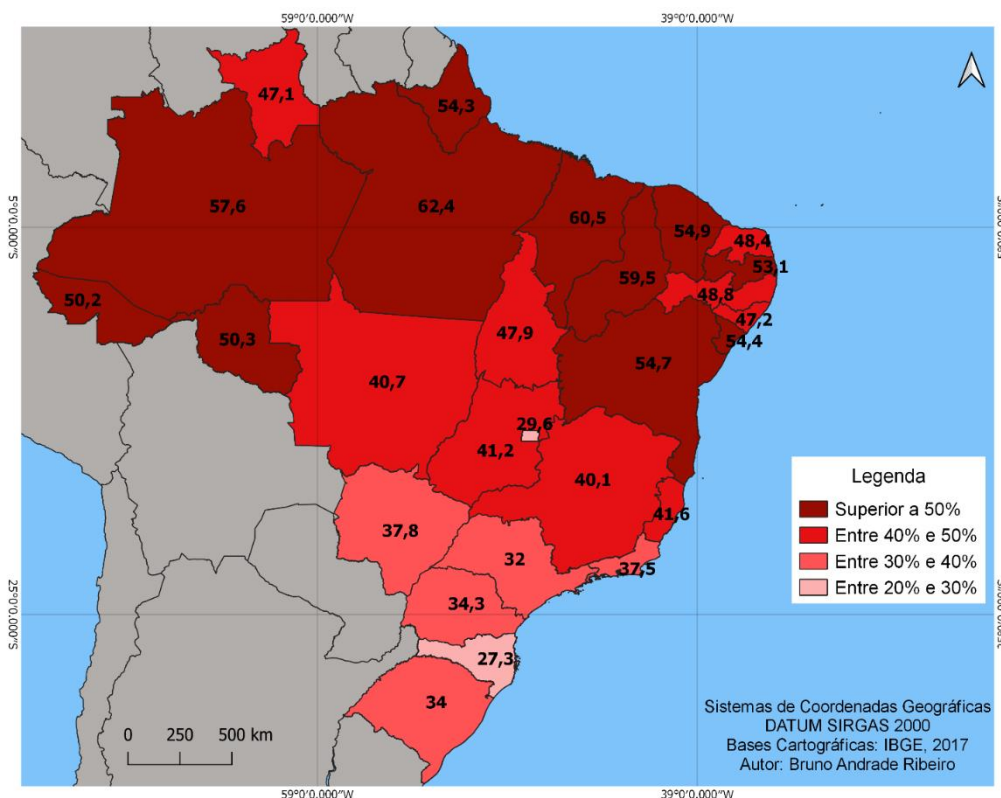
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	4,5 milhões
Empregado do setor público sem carteira assinada	2,4 milhões
Trabalhador familiar auxiliar	2,0 milhões

Fonte: PNAD Contínua, IBGE, 2020  
 Autor: Bruno Andrade Ribeiro

O mapa abaixo (FIGURA 01, p. 20) sistematiza os dados da informalidade por Unidades Federativas (UFs), ao mesmo tempo em que possibilita interpretações sobre as transformações no mundo do trabalho brasileiro e suas históricas disparidades regionais.

A era contemporânea imprime a marca da precarização e precariedade do trabalho sob os moldes da legitimidade do que em décadas anteriores, e mesmo, nos documentos de jurisdição do trabalho, pode ser considerado ilegal. Na afirmação de uma falsa cidadania, os representantes do capital financeiro buscam defender e engajar a sociedade em prol do discurso do ‘faça você mesmo’, como mecanismo de negar o trabalho em sua forma protegida, bem como, os parques direitos, frutos da luta histórica de trabalhadores.

FIGURA 01 – Taxa de informalidade no Brasil por UF, último trimestre de 2019



Fonte: PNAD Contínua  
Autor: Bruno Andrade Ribeiro

A informalidade emerge, nessa discussão, como conceito amplo, que abarca não somente uma vertente dos que alegam não possuírem carteira assinada, mas também, todos que são absorvidos pelo precário mundo do trabalho para manterem as engrenagens do modo de produção capitalista:

Como alternativa capaz de atender as urgências do nosso presente, o trabalho informal em suas diversas facetas é apresentado como a solução para o problema grave do desemprego, capaz de proporcionar a um contingente de trabalhadores desempregados uma maneira segura e próspera de obter renda (OLIVEIRA, 2005, p. 16).

A ideologia do empreendedorismo no âmbito da atual fase de acumulação capitalista, a partir de relações de produção ‘flexíveis’, espelha uma sociedade da crise estrutural, e, portanto, como reflexo do movimento de expansão do capital, dissemina-se como discurso de ‘exploração voluntária’ do trabalhador livre vendedor de força viva, mas que não se encontra absorvido pelos processos produtivos no que corresponde ao assalariamento. A categoria marxiana de Exército Industrial de Reserva, em suas variáveis, sobrevive no tempo/espço de sociabilidade humana e adquire centralidade. A essência da relação social dominante fundada no capital em sua universalidade é a valorização sem fim, nem precedentes, de mais-valor, ou seja, a exploração maior e mais intensa de seres humanos. A fragilidade dos trabalhadores na Pandemia se revela diante da “segunda pandemia”, que de acordo com Menezes (2020) revela o que existe de mais irracional na racionalidade capitalista, em que o crescimento econômico é alçado ao primeiro plano em detrimento da vida, com a defesa do retorno ao trabalho, ao consumo e à precariedade naturalizada.

A mutação do tempo e do espaço apontam o surgimento de novas modalidades de ocupações em distintos setores, desde a agricultura, passando pela indústria, até os chamados serviços. E nesse movimento, a precariedade torna-se regra e dinâmica da acumulação. Os adjetivos multifuncional e polivalente adquirem sentido de busca pelo sucesso e realização e escamoteiam a perversa lógica que os revelam formas ainda mais vorazes de exploração. Para o Brasil, os reflexos da reestruturação produtiva nas últimas duas décadas significaram a fragmentação acelerada do proletariado, com ocupações cada vez mais instáveis e não-documentadas pelos institutos de pesquisa: carregadores de mercadorias, os que emprestam veículos para outrem, manicuras e pedicuras que também são cabelereiras e necessitam

revender produtos cosméticos, os trabalhadores que se apropriam de bicicletas e motocicletas para se tornarem “parceiros” de empresas bilionárias de entrega *delivery*, os motoristas por aplicativo Uber e 99, que são considerados “colaboradores” e, desse modo, marginalizados de direitos e possíveis processos contra os grupos capitalistas que dirigem as multinacionais.

Nos exemplos apontados estão alguns dos sujeitos mais afetados pelo desmonte ultraneoliberal, e, por conseguinte, pelos impactos da pandemia no mundo do trabalho brasileiro. Em matéria publicada pela FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) também se incluem como grupos mais vulneráveis: os que possuem algum sofrimento ou transtorno mental, com deficiência, vivendo com HIV/Aids, LGBTI+, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, artesãos, camelôs e prostitutas. Para esses grupos populacionais, o plano de “ficar em casa” se torna mais complexo e envolve um aparato emergencial estrutural, que une moradia, apoio econômico e acesso à saúde (FIOCRUZ, 2020).

No atual contexto, não somente a revogação das “reformas”, como também do Projeto de Ementa Constitucional (PEC) 241, devem entrar em pauta nas discussões sobre o pós-Pandemia, pois o caos enfrentado pela classe trabalhadora não é responsabilidade da disseminação do vírus, mas dos planos de desestruturação social que fragilizam ainda mais a situação dos trabalhadores brasileiros em diversas ondas. Não é de se espantar, portanto, que os mesmos defensores dos cortes intitulados “reformas” e de todas as medidas de austeridade fiscal em nome de um suposto “crescimento econômico” – que em 2019 foi de 1,1% (IBGE, 2019) – são aqueles que negam a gravidade da Pandemia em uma sociedade desigual e pregam o fim do isolamento social e o retorno ao trabalho precarizado, informalizado e à perpetuação do desemprego estrutural.

As expressões da precariedade do trabalho na Pandemia, pois, apontam para a intensificação de uma situação deplorável anterior, gestada na/pela crise estrutural do capital e seus ditames atroz. Na contramão de países cujas ações de combate à COVID-19 incluíram a estatização de hospitais privados, a exemplo da Espanha, Souto Maior (2020) aponta para a situação adversa do Brasil. As Medidas Provisórias 927 e 928 representam a concessão de direitos ilimitados ao poder econômico-financeiro em um cenário de necessária proteção dos trabalhadores. As medidas forçam o empregado e abrir mão de todos os direitos em prol da continuidade de uma renda mínima. Nas entrelinhas dos documentos estão a eliminação das fontes de custeio para a proteção de capitalistas. No artigo nº 10, por exemplo,

explicita-se com maior exatidão a posição de defesa do empresariado, pois prega que a dispensa (demissão) é um direito do empregador mesmo neste momento de crise profunda, indo na contramão de uma necessária política pública de preservação dos empregos. Ademais, a eventual contaminação do trabalhador pelo SARS-CoV-2 não é considerada pelos parâmetros legais como doença ocupacional. Nesse sentido, a Pandemia é agravada pelo Pandemônio, cuja definição alude a uma associação de pessoas reunidas para praticar o mal (SOUTO MAIOR, 2020).

No Brasil, os mais atingidos têm definição: informais, desempregados, domésticas, entregadores *delivery*, trabalhadores ‘por bico’, camelôs e toda uma polissemia de sujeitos que integram a cada vez mais ampla precariedade do trabalho. Todavia, os trabalhadores estáveis também se encontram continuamente prejudicados pela ofensiva Ultraneoliberal: as MPs foram responsáveis pela suspensão de contratos e redução de salários de 10.052.627 milhões de trabalhadores formais, em junho de 2020.

A emergência de um auxílio que varia entre R\$600,00 e R\$1.800,00 para os informais brasileiros e as aglomerações formadas em estabelecimentos da CAIXA Econômica Federal para o saque desvendam a dimensão do caos. O representante do poder Executivo do Brasil, Jair Bolsonaro, em fala sobre as filas de trabalhadores ao redor do país afirmou que se tratam de “uma minoria barulhenta”. Contudo, a necessidade do auxílio revelou a situação da classe trabalhadora brasileira: 46 milhões de inscritos para o recebimento, com um número que pode chegar a 112 milhões, de acordo com estudo da IFI (Instituição Fiscal Independente). Para os que habitam as regiões Nordeste e Norte, em que os informais são a maioria da força de trabalho e onde os índices de saneamento básico e moradias são os piores, a concessão do auxílio ultrapassa o sentido emergencial e alcança o de sobrevivência.

As restrições de acesso em múltiplas dimensões revelam um país caracterizado pela precariedade da vida. A relação entre precariedade de renda e de acesso à moradia é nítida quando se sabe que os dados são superiores para a parcela mais empobrecida: 8,5% da população que vive com menos de cinco dólares por dia não possui instalação sanitária para uso; 2,8% habitam moradias produzidas com tapume e materiais não-duráveis; o adensamento domiciliar – condição de três ou mais moradores por cômodo na casa – é vivido por 14,5%; o ônus excessivo com aluguel – gastos que superam 30% do rendimento mensal – é condição de 28% da população em geral e 56,2% dos que possuem rendimento inferior a cinco dólares por dia. De acordo com a análise do IBGE (2019), um conjunto de 12,8% da

população brasileira, ou 26,6 milhões de brasileiras e brasileiros, viviam em moradias com ao menos uma dessas inadequações.

O panorama estatístico também informa que, em 2018, 35,7% da população não possuía o esgotamento sanitário coletado; percentual, segundo os analistas de pesquisas, pode aumentar quando refere-se ao tratamento, para além da coleta. O Amazonas, um dos estados mais afetados pela COVID-19, possuía os índices mais alarmantes de condições de vida: 31,1% da população residindo moradias irregulares. As desigualdades de acesso também se expressam quando são analisados os dados por cor: tanto em relação à inadequação de moradia, quanto de saneamento, pardos e pretos são mais impactados do que brancos: 44,5% da população parda e preta viviam em moradias com ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água por rede e esgotamento sanitário por rede).

O conteúdo da polissemização do trabalho precário tem para Thomaz Júnior (2004) desdobramentos territoriais e se expressam em diferentes aspectos e sentidos, porém imbricados geograficamente. Logo, as novas formas de exploração da força de trabalho apresentadas nas últimas décadas submeteram o universo do trabalho em todas as suas dimensões, mas reafirmam a manutenção do edifício social sob o referencial da centralidade, que continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

## CONCLUSÕES

As mortes da pandemia, até o presente momento de escrita, 30 de maio de 2020, somam 368.604. No Brasil, o panorama aponta para um crescimento acelerado, com recordes diários de contaminados e mortos: o país latino-americano, até o momento, o segundo mundial em contaminação e o quarto em óbitos. Todavia, a subnotificação crônica aponta para um cenário sombrio, cujos dados podem ser quinze vezes maiores. O Portal Covid-19 Brasil<sup>18</sup>, que reúne pesquisadores sobre o tema, utiliza ferramentas de cálculo que consideram o grau de teste da população, a velocidade de disseminação e a subnotificação em distintos casos – assintomáticos, mortes de pacientes não-testados: com 465,2 mil contaminados, o número oficial gira em torno de 714,1 mil contaminados. A morte é banalizada, pois a defesa dos que personificam o capital é de que a produção capitalista

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19-subnotificacao/>. Acesso em: 30 mai. 2020.



continue sem obstáculos, e para tal, a força de trabalho deve continuar a ser explorada e descartada<sup>19</sup>.

A incerteza se transforma em sentimento generalizado e o medo assola, principalmente, os mais vulneráveis: a classe trabalhadora, empurrada ainda mais ao desemprego engendrado pela retração econômica do vírus. No Brasil, um milhão e meio de trabalhadores deram entrada no seguro-desemprego após a pandemia, um salto de 31% para o mesmo período no ano de 2019. Desse total que deu entrada no auxílio, 41,6% é proveniente dos serviços, 27,7% comércio, 19,9% indústria e 3,7% da agropecuária segundo aponta os dados do Ministério da Economia, divulgados na Folha de São Paulo (2020). O empresariado brasileiro, “generoso que é” e com aval do presidente, demite, promove cortes de salário e redução da jornada, para evitar que o número de demissões seja maior.

Se a ordem burguesa, antes “amparada” no estatuto do trabalho assalariado, passa a procurar nos interstícios da crise estrutural, “um novo formato” de exploração aviltante do trabalho e da natureza, com a Pandemia em curso, tende a promover ainda mais: uma precarização dos trabalhadores públicos e efetivos, pela possibilidade de redução das jornadas, de salário, ou mesmo, congelamento de rendimentos, aliada ao discurso que a jornada de trabalho em casa é diferente da praticada presencialmente, e mesmo que o funcionamento da economia não permite a arrecadação de impostos, e assim, a garantia do pagamento dos salários; e fazer transbordar a precariedade, não somente pela incerteza das ocupações dos trabalhadores que sobrevivem da informalidade, da venda de alimentos, da prestação de serviços, dentre outros, mas do espectro de pobreza e exclusão que atinge a totalidade expressiva dos trabalhadores no Brasil e no mundo.

No sociometabolismo do capital a violência e a barbárie são parteiras da história. O conflito e a crise são marcas inexoráveis da sua reprodução! E na Pandemia? A possibilidade da construção de uma saúde pública mundial é um engodo, porque para sua existência real e totalizadora seria necessário a eliminação da estrutura que permite a apropriação privada da riqueza (Estado, trabalho abstrato e o capital). Mesmo que o Estado seja constrangido a atuar contra a sua própria natureza de classe, comandando os interesses gerais (auxílios emergências, medidas de contenção pública, controle de fronteiras ou mesmo ações políticas

---

<sup>19</sup> O lucro se sobrepõe a qualquer fundamento em defesa da vida. Em favor deste, demitem-se em massa trabalhadores, a exemplo da Fábrica Dakota, no município sergipano de Simão Dias (Sergipe), com a demissão de 254 trabalhadores.

de emergência) o caráter da acumulação capitalista continuará produzindo nas suas contradições mais, desigualdade, mais pobreza, mais destruição da natureza e Pandemias.

A crise estrutural é incurável. A incapacidade de estabelecer limites é uma das características definidoras da forma de ser do capital. O enfrentamento da Pandemia nos obriga a seguinte reflexão: o caminho que estamos seguindo está errado, o modo de produção vigente é falido, e a necessidade da construção de uma alternativa é o único horizonte possível.

A taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias imprime a redução do tempo de vida útil das mercadorias para acelerar/adiantar o consumo de novas, o resultado é destruição da natureza e degradação do trabalho. Útil e utilidade tornam-se sinônimo de vendabilidade. A espacialização da pobreza e seu conteúdo são intensificados e precisam estar dissociados da crise do formato social de vida impostos pelo modo de produção vigente. Se fala em superar o momento, jamais o centro das contradições históricas e sociais do sociometabolismo do capital. “Culpabiliza-se a China”, mas não se discute que as formas predatórias e destrutivas de relação com a natureza, ao imprimirem um estilo de vida consumista e ambientalmente destrutivo, tendem a produzir vírus e bactérias cada vez mais letais, atingindo formas de sociabilidade humana cada vez mais frágeis e insustentáveis.

É um mito afirmar que o fim da pandemia trará o retorno da força econômica e as afirmações infundadas de que a renda e o trabalho se tornarão dignos para todos. A ‘montanha que devemos conquistar’ percorre um caminho de contracorrentes: no espectro que se forma contrapõe-se a discursos insolentes, como o do “empreendedor de si”, naturalizando uma condição de superexploração preexistente; deve-se também atentar-se à forma permeada de eugenia que o capital pode acentuar no horizonte pós-Pandemia – a dos trabalhadores imunizados e não-imunizados.

Na contramão do discurso da morte, permeado pelo cinismo humanitário, de que as consequências dos impactos econômicos serão maiores do que a própria pandemia. O caráter “humano” do discurso se dissolve no ar diante das últimas décadas, marcadas à ferro, suor e sofrimento para os trabalhadores. A necrofilia é a síntese burguesa e permeia todas as formas de dominação em uma sociedade sob seu julgo: a natureza se transmuta de acordo com a ideia de destruição completa, conforme análise de Menezes (2020). Os conceitos de meio ambiente e desastre natural se tornam limitados na compreensão da complexidade da ordem sociometabólica, pois a questão ambiental não se dissocia das condições econômicas e

materiais que mediam as condições de existência humana. A gripe espanhola, por exemplo, é propiciada pelas condições insalubres das trincheiras da Primeira Guerra Mundial e se torna destrutiva para os indianos destrutivos; o novo coronavírus se disseminou com facilidade em grandes aglomerados urbanos, capitais turísticas europeias e o centro capitalista mundial, em Nova York, EUA, além de metrópoles latino-americanas, como São Paulo, Lima e a Cidade do México. O vírus deixa de ser “doença de rico” e se transmuta em destruição das vidas dos mais pobres, dos favelados, dos que não foram e nunca serão testados e cuja dimensão da contaminação e das mortes somente serão conhecidas após anos de estudos e análises. A espacialização do vírus é a expressão mais evidente da volatilidade da mercadoria e do capital em todas as latitudes e longitudes do planeta.

Dantas (2020) alerta: a Pandemia é um alibi para a crise estrutural, um preparativo para novos ataques ao trabalho, fazendo a classe trabalhadora entender e aceitar esta condição como inevitável. O remédio para a crise econômica vai agravá-la, as saídas dentro da perspectiva dominante serão reacionárias e a classe trabalhadora alcançará um grau de precariedade inédito. A tentativa de injeção de recursos públicos na crise de 2008 não apresentou soluções, pois não foi canalizada para o capital produtivo (plantas industriais). Destarte, sem perspectiva de aquecimento da economia e geração de trabalho, o Estado arrecadando menos impostos, a dívida pública crescendo e a perspectiva de baixo crescimento econômico em todos os países do mundo numa retração pandêmica e mortífera: anunciam o caos. Os trabalhadores que estão na frente deste processo, dilacerados pela essencialidade do seu trabalho, podem gerar um quadro de convulsão social, com riscos de catástrofe e abastecimento.

A angústia da Pandemia se alastra e a incerteza se infiltra no horizonte: para onde estamos indo? Sem certezas, a poesia permeada de força e verdade de Bertold Brecht entoando as palavras finais deste artigo: “A injustiça avança hoje a passo firme. Os tiranos fazem planos para dez mil anos. O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são. Nenhuma voz além da dos que mandam. E em todos os mercados proclama a exploração; isto é apenas o meu começo<sup>20</sup>”. Se o amanhã resguarda algum fio de esperança, esta não será advinda da tranquilidade, do fim natural da Pandemia, pois outras podem estar a caminho e a exploração continua dos trabalhadores como perpétuo martírio os tornam continuamente suscetíveis ao

---

<sup>20</sup> Elogio da Dialética, Bertold Brecht. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/1500/elogia-da-dialectica>. Acesso em: 30 mar. 2020.

descarte. A necessidade da construção de uma alternativa radical ao capital, mesmo sendo o maior desafio da humanidade, é o único horizonte possível.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, 28 (81), pp. 39-53, 2014.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BADIOU, Alain. Sobre a situação epidêmica. In: DAVIS, Maki et al. **Corona vírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

BORGES, Ângela. Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 713-741, 2016.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. In Revista Eisforia. Programa de Pós-Graduação em Ecossistemas. UFSC. Ano 2, Vol 2. Número 2. Florianópolis: dez de 2004. Pp.79-91

DANTAS, Gilson. **A crise da economia mundial em tempos de pandemia e pós-pandemia**. Youtube, 25 de abril de 2020. Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/A-crise-da-economia-mundial-em-tempos-de-pandemia-e-pos-pandemia>> Acesso em: 25 de maio de 2020.

DAVIS, Mike. Crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Maki et al. **Corona vírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

D'AVILA, Beatriz Echeverri. *La gripe española: la epidemia de 1918-1919*. Madri, Siglo XXI, 1933.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Durante a crise do coronavírus 1,5 milhão de brasileiros pede seguro desemprego**. 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/ crise-do-coronavirus-leva-15-milhao-de-brasileiros-ao-seguro-desemprego.shtml>.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19**. Informe Ensp [online], 13 mai. 2020. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 17 mai. 2020.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Maki et al. **Corona vírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação no trimestre (encerrado em abril de 2020)**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all>. Acesso em: 30 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**, IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130p.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

KURTZ, Robert. O colapso da modernização. **Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LAPOLA, David. **A Amazônia pode ser o maior repositório de coronavírus do mundo**. São Paulo, 13/05/2020. Disponível em: <

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2020/05/13/amazonia-pode-ser-maior-repositorio-de-coronavirus-do-mundo-diz-cientista.htm>> Acesso em 25 de maio de 2020.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antônio. **Trabalho Imaterial - formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001 pp. 05-104.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene e TARGINO, Ivan (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. Das origens às novas abordagens**. João Pessoa: UFPB, 2011.p. 29-63.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. **O processo global de produção do capitalista**. Livro 3, Vol. 4. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Revista Outubro**, edição 21, artigo 03, 2015, pp. 81-117.

\_\_\_\_\_. **A Classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

\_\_\_\_\_. São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In: Marcelo Badaró Mattos; Paulo Terra. Raquel Varela (orgs). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MATTOSO, Jorge; POCHAMANN, Márcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 213-43, jun. 1998.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **A pandemia e a economia da morte**. PCB (eletrônico), 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25358/a-pandemia-e-a-economia-da-morte/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. De “Supérfluos a Sujeitos Históricos” na Contramão do Capital: a Geografia do (des) trabalho. **Dissertação (mestrado em Geografia)**, PPGEO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2007.

MESZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NAVAS, Maria Helena. **Coronavírus: como o mundo desperdiçou a chance de produzir vacina para conter a pandemia**. BBC NEWS mundo, 10/04/2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2020/04/10/coronavirus-como-o-mundo-desperdicou-a-chance-de-produzir-vacina-para-conter-a-pandemia.htm?next=0001H1007U48N>>. Acesso em: 16/05/2020.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **COVID-19 e o mundo do trabalho**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/covid-19/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 30 mai. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de Oliveira. **Políticas públicas e trabalho precário: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017. 300p.

OXFAM Brasil, Organização Não-Governamental [online]. **Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial.** Disponível em:

<https://oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **Mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil nos Governos Lula e Dilma:** entre ampliação e flexibilização. Dissertação de mestrado, UFPB, João Pessoa, PB, 2017.

RIBEIRO, Bruno Andrade. A condição camponesa sob o espectro da informalidade. **Dissertação (mestrado em Geografia)**, PPGEO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2020. 165p.

SOUTO MAIOR, José Luiz. **MP 927:** da pandemia ao pandemônio [online], 2020. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/mp-927-da-pandemia-ao-pandemonio>. Acesso em: 11 jun. 2020.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e sua suposta autonomia: uma modalidade flexível de exploração. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, vol. 1, n. 1, pp. 39-58, 2015.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI.** Florianópolis: Geosul. v. 19, n. 37, p 7-26, jan/jun. 2004.

**Submetido em: junho 2020**

**Aceito em: setembro 2020**